

## Pedagogia histórico-crítica e psicologia histórico cultural para construir novas relações com a mulher

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.020-011>

### **Kátia Rodrigues Montalvão Paias**

Doutora em Educação pela Universidade do Oeste Paulista. Administradora, Historiadora, Pedagoga e estudante de Psicologia. Mestre em Educação pela

Universidade do Oeste Paulista. Especialista em "Lato - Sensu" em Docência no Ensino Superior, em "Lato - Sensu" em MBA em Gestão com Pessoas e "Lato - Sensu" EM EAD e em Tecnologias Educacionais.  
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/1021820837057851>

### **RESUMO**

Este artigo faz uma abordagem teórica conceitual acerca do papel e dos direitos das mulheres na sociedade, em cada modelo econômico. No modelo econômico escravista, a mulher escrava não tinha capacidade jurídica e pertencia ao seu senhor, como uma propriedade. As outras mulheres pertencentes a qualquer grupo na sociedade cuidavam da alimentação e das crianças pequenas. As mulheres pertencentes as famílias mais pobres trabalhavam em casa, nos campos e/ou auxiliavam os maridos em seus ofícios, o papel da mulher era de acordo com o pertencimento da sua camada social. Durante a sociedade feudal, as mulheres trabalhavam no campo para o senhor feudal, cuidavam da casa, dos filhos e dos maridos. Sofriam coerção psicológica, física e moral da sociedade, da estrutura do Estado, que tinha o Clero e a Igreja no poder. A desvalorização social além de estar vinculada ao pertencimento da classe, passa a ser vinculada a atividade desempenhada e ao gênero. No capitalismo, as mulheres ainda sofrem com os estigmas impostos durante a idade média, além da exploração da mão-de-obra e da desvalorização do trabalho doméstico. Portanto, este artigo tem como objetivo apresentar uma metodologia que promova o diálogo com os alunos sobre o papel da mulher, com o intuito de desconstruir a visão preconceituosa e machista que ainda paira na sociedade sobre este tema. A metodologia é a pedagogia histórico – crítica e a Psicologia Histórico Cultural, que podem ser utilizadas para construir uma nova realidade sobre o papel da mulher e combater o preconceito, machismo e feminicídio. A pesquisa indica que a pedagogia Histórico Crítica e a Psicologia Histórico Cultural podem ser utilizadas como uma metodologia capaz de promover o senso crítico nos alunos e de promover uma nova construção histórica e social de atuação da mulher.

**Palavras-chave:** Mulher, Sociedade, Pedagogia Histórico-Crítica, Crítica, Docente.



## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história da humanidade, a sociedade desenvolveu modelos econômicos para conduzir e regulamentar as relações sociais entre os seres humanos. Analisar o papel histórico que a mulher desempenhou em cada modelo econômico, possibilita superar os estigmas impostos a mulher.

Algumas funções são veiculadas e subjugadas a mulher, como atividades domésticas, cuidar dos filhos, vagas de emprego relacionadas a imagem da mulher, como serviços gerais, costureiras, professoras entre outras. Normalmente, as mulheres ganham um salário inferior aos dos homens, as mulheres possuem dificuldades de chegarem aos cargos de gerencia.

A realidade de muitas mulheres é estar sobrecarregadas, pois trabalham fora de casa, cumprem uma carga horária extensiva e quando voltam para casa cuidam das atividades domésticas e dos cuidados dos filhos. Neste contexto, o objetivo é verificar o papel e os direitos das mulheres nestas sociedades, para que a partir da relação concreta se estabeleça novas mediações na sociedade sobre o papel da mulher, de modo que seja construído uma nova realidade social para a mulher.

O artigo tem como objetivo apresentar a pedagogia histórico-crítica como uma metodologia capaz de auxiliar a prática docente no processo de ensino e aprendizagem, visto que promovem diálogo entre o docente e os alunos capaz de construir uma nova realidade. E, responder à problemática: Como foi construído o papel das mulheres no decorrer da história? É por meio do resgate histórico que se constrói novas realidades para que haja a libertação das classes oprimidas.

## 2 METODOLOGIA

A presente pesquisa é uma revisão teórico-conceitual sobre o papel da mulher em cada modelo econômico de sociedade e propõe a pedagogia histórico crítica como uma ferramenta capaz de auxiliar o docente no processo de ensino e aprendizagem na construção de uma nova concepção e prática social em relação a mulher. Para alcançar os objetivos deste artigo, realizou-se uma pesquisa de natureza bibliográfica, para explicar conceitos, dados e informações coletadas de livros, de revistas, documentos dentre outros, sobre o tema discutido (REIS, 2008).

## 3 RESGATE HISTÓRICO SOBRE O PAPEL DA MULHER

Existiram ao longo da história da humanidade três tipos de modelos econômicos, os quais conduziram e regulamentaram as relações sociais existentes entre os seres humanos. Estes modelos econômicos são: escravismo, feudalismo e capitalismo, os quais possuem diferenças em relação a sujeição pessoal do produtor direto ao proprietário dos meios de produção (BOITO JR, 2001.).

O objetivo é verificar o papel e os direitos das mulheres nestas sociedades. No modelo econômico escravista, o trabalhador escravo não tinha capacidade jurídica e pertencia ao seu senhor,



como uma propriedade (BOITO JR, 2001.). Portanto, as mulheres escravas não possuíam direitos nenhum e muitas eram escravas sexuais.

Na sociedade faraônica do Egito, muitas mulheres conseguiram ser bem-educadas, porém não eram educadas e treinadas para serem escribas, além do mais a maioria das carreiras era vetada a elas. A história do Egito relata casos de mulheres que se tornaram faraó, no entanto, era extremamente raro (MORLEY; SALARIIYA, 1999). Fora estas exceções, o que era comum a todas as mulheres pertencentes a qualquer grupo na sociedade do Egito era os cuidados com a alimentação e com as crianças pequenas, estes acontecimentos foram registrados em várias pinturas e esculturas (MORLEY; SALARIIYA, 1999).

As mulheres pertencentes as famílias mais pobres trabalhavam em casa, nos campos ou auxiliavam os maridos em seus ofícios. A produção que as mulheres realizavam eram usadas como troca para ajudar no sustento da casa, entre elas estavam a fiação, tecelagem, cestaria, pão, cerveja entre outras. As mulheres mais ricas não trabalhavam e orgulhavam-se por isso (MORLEY; SALARIIYA, 1999). Na sociedade do Egito os homens tinham as oportunidades de trabalho e desfrutavam da vida social.

Na sociedade Romana em cada período a atuação e os direitos das mulheres foram diferenciados. Na Antiguidade Clássica a sociedade Romana era patriarcal, os poderes eram concentrados essencialmente nas mãos do homem, porém o segundo Furlani (2013) o papel da mulher não era restrito e nem generalizado a subserviente (FURLANI, 2013).

No período em que Roma foi República, as mulheres tiveram várias conquistas como a eliminação de leis referentes à vestimentas, heranças e matrimônio (FURLANI, 2013).

Durante o século III iniciou a crise do Império Romano, a qual culminou em grandes transformações religiosas, culturais e sociais, as quais foram responsáveis por impulsionar mudanças relacionadas ao papel desempenhado pelas mulheres na sociedade (FURLANI, 2013).

Esta crise fez com que o Império Romano chegasse ao fim, porque os povos germânicos consolidaram os seus próprios reinos nos lugares em que Roma era derrotada. Estes reinos eram governados pelos seus próprios povos, como o reino dos Francos, Visigodos, Ostrogodos, Suevos e Anglos Saxões. No começo houve a tentativa de se estabelecer os reinados sobre os princípios romanos, por causa da admiração que estes povos tinham em relação a eficiência e a grandeza da administração de Roma (VEYNE, 2009).

No entanto, conforme avançavam as invasões, a população Romana e cristã estava atemorizada

[...] invasões de muçulmanos, magiares e, sobretudo vikings. Provenientes da Escandinávia, estes últimos aproveitavam-se da grande navegabilidade dos rios europeus para penetrar profundamente em território cristão. Ainda que seja impossível avaliar o impacto demográfico de todas aquelas invasões, parece que não foi desprezível. Além das mortes diretamente provocadas pelos invasores, havia as mortes indiretas, resultantes da destruição das aldeias e



campos, e a perda populacional ocasionada pela escravização de cristãos, vendidos em regiões distantes (FRANCO JUNIOR, 2006, p. 21).

Em busca de abrigo e proteção, por causa das diversas invasões ocorridas durante o século IX, as populações abandonaram as cidades e foram para os feudos e ao mesmo tempo recorreram a igreja. Já que a religião seria o refúgio ideal para essas pessoas que estavam amedrontadas, culminando na drástica diminuição das cidades (BASCHET, 2006). “Roma, que deve ter atingido 1 milhão de habitantes, tem ainda 200 mil depois de 410, mas somente 50 mil no fim do século VI [...]” (BASCHET, 2006, p. 55).

Neste contexto turbulento, violento e incerto a igreja católica serviu como um refúgio, desenvolveu um discurso acolhedor, o qual tinha como intuito promover a sensação de paz e esperança por meio da espiritualidade. Este discurso legitimou a dominação mental e física das pessoas, pois o discurso fez com que os indivíduos permanecessem dentro da Igreja e seguissem os seus dogmas, já que elas se sentiam acolhidas e protegidas.

Assim, a igreja passou a ditar os padrões de comportamento das pessoas na sociedade feudal, a igreja católica “ganhando um espaço que eles preenchiam com a fé e impondo valores cristãos após terem se firmado socialmente e psicologicamente” (CABRAL; LEAL, 2010, p. 574).

A igreja juntamente com o Estado representado na figura dos Reis instituiu o casamento como algo que não poderia ser desfeito e que era escolhido dentro da própria família com o objetivo de que os bens não fossem divididos. Em vários casos existia uma grande diferença de idade entre os noivos, visto que a sociedade considerava que quanto mais nova a mulher era melhor era para o casamento, já que a probabilidade de recusa diminuía. Se as mulheres fossem inférteis era permitido ser devolvidas a sua família, porque a mulher possuía a obrigação de gerar filhos (FRANCO JÚNIOR;2001). Se a família da moça não tivesse dinheiro para pagar o dote e o casamento fosse inviável, a família enviava as moças aos mosteiros para se tornarem freiras (CABRAL; LEAL, 2010).

A separação poderia ocorrer quando a relação sexual não tivesse sido consumada, porque a igreja compreendia que nesta situação não ocorrera o casamento carnal (FRANCO JUNIOR;2006).

Além do mais, a Igreja Católica estipulava outras regras como:

Domingos, dias santos e da quaresma eram dias em que a prática sexual era proibida. Durante o ano havia, sem contar os dias de menstruação, gravidez, amamentação e abstinência, 180 dias sem sexo durante o período da alta Idade Média. As pessoas que quebrassem estas regras passariam 40 dias em jejum alimentar e ou sexual além das penitências (CABRAL; LEAL, p. 577-578, 2010).

Mesmo depois de casada a Igreja influenciava a conduta das mulheres, as quais deveriam se abster do prazer proporcionado pelo sexo, já que as mulheres eram consideradas pertencentes ao marido e à Deus. Tanto os homens como as mulheres sofriam pressão da igreja em relação ao pecado,



já que nenhum poderia fazer com que o seu cônjuge exercesse o papel de amante. Deste modo, muitos homens e mulheres buscavam prazeres sexuais fora do casamento (AMARAL, 2011).

A prisão que a igreja católica junto com o Estado exerceu na vida das pessoas durante a idade média foi tão intensa que chegou ao ponto de a igreja católica instaurar o tribunal do Santo Ofício, conhecido como o a Santa inquisição que tinha como objetivo julgar e condenar a morte de fogueira as bruxas, os hereges, os judeus, os protestantes e tudo o que saísse do domínio da Igreja Católica.

A “caça às bruxas” atingiu o ápice na Europa entre os séculos XVI e XVII, em um momento em que a Europa estava transitando da sociedade feudal para a sociedade capitalista (FEDERICI;2017). Neste momento as relações feudais estavam transitando para o capitalismo mercantil, estas mudanças influenciaram vários países e resultaram na sociedade capitalista.

Um dos acontecimentos que influenciaram diretamente a relação da mulher na sociedade foi a peste negra na segunda metade do século XIV, pois um terço da população europeia morreu. Este acontecimento marcou o início da crise do feudalismo no século XIV até o XV, já que a morte da população fez com que não tivesse mão - de-obra na agricultura, na cavalaria medieval. Para as mulheres a peste negra resultou em um marco importante, pois muitas mulheres camponesas se apropriaram das terras sobressalentes e elas também promoveram revoltas camponesas contra o sistema feudal (FEDERICI;2017).

As mudanças continuaram no decorrer do século XV até o século XVII, pois houve a expansão da ruptura na base da sociedade feudal. Os acontecimentos que contribuíram com esta ruptura foram, reforma protestante, elementos da revolução burguesa, revolução Francesa, Revolução Americana, Revolução Industrial na Grã-Bretanha, consolidando-se a sociedade capitalista no século XVII, a qual consolida-se por meio da exploração do trabalho (FEDERICI;2017).

A transição da sociedade feudal para a capitalista não ocorreu de uma maneira justa e igualitária, porque a população do campo foi expropriada do campo e passaram a engrenar a sociedade capitalista sem os modos de produção, apenas com a sua força de trabalho. A acumulação do capital consolidou-se por meio das constantes crises e dos desequilíbrios que marcaram o final da sociedade feudal. A supremacia e a expansão europeia legalizaram e institucionalizou a violência (FEDERICI;2017).

No ano de 1760 o trabalho manufatureiro foi substituído pelas máquinas provocando a produção em grande quantidade e o seu acúmulo. Outro agravante foi o fato do avanço tecnológico que se materializou por meio dos maquinários, os quais fizeram diminuir drasticamente a quantidade de mão-de-obra necessária para a produção.

Segundo Davis (2016), no início do capitalismo, no começo da Revolução Industrial, as mulheres que trabalhavam nas fábricas não possuíam plenos direitos, pois elas não eram consideradas trabalhadoras.



Elas possuíam longas horas de jornadas de trabalho, péssimas condições de trabalho e baixos salários, elas eram mais exploradas do que os parceiros homens. Com o avanço da industrialização e da sociedade capitalista, os trabalhos domésticos das mulheres foram desvalorizados, e elas passaram a ser duplamente perdedoras, desvalorizadas no mercado de trabalho e em seu próprio lar (DAVIS, 2016).

No decorrer do XIX a indústria passou por vários processos de modernização e a variedade dos produtos e a quantidade aumentou as mulheres também passaram a ser consumidoras. As transformações que ocorreram no modo de produção que também afetaram as mulheres não excluíram os estigmas que a sociedade medieval colocou sobre as costas das mulheres.

As quais lutam para superar estes estigmas, além da luta para superar a exploração da mão-de-obra e da desvalorização do trabalho doméstico.

#### **4 PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA E PSICOLOGIA HISTÓRICO CULTURAL: FERRAMENTA PARA A SUPERAÇÃO DA SOCIEDADE MACHISTA**

Para desconstruir o discurso preceituoso e machista sobre o papel da mulher na sociedade, propõe-se a Pedagogia Histórico-Crítica como didática, o qual foi escrita pelo professor Dermeval Saviani (2012). O professor João Luiz Gasparin (2007) propôs uma didática para a Pedagogia Histórico-Crítica para ser trabalhada em sala de aula: prática social inicial, problematização, instrumentalização, catarse e prática social final.

Neste contexto, propõe-se a prática social inicial, cujo objetivo é compreender a visão que os alunos têm sobre o papel da mulher na sociedade. Parte-se da própria realidade dos sujeitos, assim o professor pode perguntar aos alunos sobre o papel da mulher na sociedade. Por exemplo: o que a mulher faz na sociedade? Quais as atividades que a mulher desenvolve na sociedade? O que vem na mente de vocês quando ouve a palavra mulher na sociedade?

Para Vasconcellos (1993, p.48), “conhecer a realidade dos educandos implica em fazer um mapeamento, um levantamento das representações do conhecimento dos alunos sobre o tema de estudo”. Após os integrantes responderem, o professor mobilizará o acadêmico com a leitura de um texto, reportagem, notícia, música, poema sobre o assunto da aula. A mobilização é o momento em que ocorre o despertar sobre o papel da mulher na sociedade. De acordo com Vasconcellos (p.48, 1993), “[...] a mobilização é o momento de solicitar a visão/ concepção que os alunos têm a respeito do objeto (senso comum, “síncrese”)

Depois, levanta-se os problemas que as mulheres enfrentam na sociedade ao desempenhar estes papéis, e questiona-se se estes papéis são justos. Este momento é o da problematização, segundo o professor Gasparin (p.33, 2012), “é um elemento-chave na transição entre a prática e a teoria, isto é,



entre o fazer cotidiano e a cultura elaborada. É o momento que se inicia o trabalho com o conteúdo sistematizado”.

Na problematização, contextualiza-se as consequências do preconceito e da exclusão, que a desigualdade social traz para a mulher. Embora, a mulher tenha tido muitas conquistas em relação a direitos na sociedade, ainda enfrenta discriminação (SIQUEIRA; SAMPARO, 2017).

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT):

As estimativas mundiais ponderadas variam de cerca de 16 por cento (no caso dos salários médios horários) a 22 por cento (no caso de salários mensais médios), dependendo da medida que é usada. Olhando para todas as diferentes estimativas, uma conclusão que se extrai é que, em média, as mulheres recebem aproximadamente menos 20 por cento do que os homens em todo o mundo. Contudo, há grandes variações entre os países, sendo que a diferença salarial média horária entre homens e mulheres, por exemplo, varia de 34 por cento no Paquistão a -10,3 por cento nas Filipinas (o que pode ser interpretado como significando que neste país as mulheres ganham em média mais 10,3 por cento do que os homens) (OIT, p.23, 2019).

O terceiro passo é a instrumentalização, onde o docente apresentará de modo sistematizado o conteúdo sobre o papel da mulher em cada momento histórico. A mulher na sociedade contemporânea busca uma ocupação no mercado de trabalho por diversos motivos. Por exemplo, existem as mulheres que desejam estudar e seguir uma carreira profissional para ter sua independência financeira. Outras, trabalham para auxiliar os seus maridos com o orçamento financeiro do lar, pois o salário do homem não é o suficiente para pagar todas as despesas de uma casa. Existem as mulheres que foram abandonadas pelos parceiros e se tornam as únicas mantenedoras do lar financeiramente, além de assumirem sozinhas a responsabilidade de cuidar dos filhos, entre outras situações.

Independente do motivo que levou a mulher a buscar uma ocupação profissional no mercado de trabalho, o fato é que culturalmente a sociedade joga para as mulheres a sobrecarga de terem que trabalhar fora de casa e ainda fazerem os serviços domésticos. Sem contar as inúmeras mulheres que trabalham em casa fazendo os serviços domésticos e cuidando dos filhos, mas não recebem o reconhecimento social de que são trabalhadoras, pelo contrário, recebem o título que são “do lar” e nenhuma recompensa financeira por isso.

É neste momento que o docente ensina o novo conteúdo, também é quando o aluno faz conexões entre os novos conhecimentos e os já adquiridos por suas experiências sociais, o aluno constrói a catarse. Ou seja, a síntese de todas as etapas do processo de aprendizagem ocorre no momento da catarse, quando o aluno se apropria do novo conhecimento. Também é neste momento que se aplica a avaliação, que não deve se resumir a aplicação de uma prova, ou teste. Mas, como uma expressão de todas as etapas passadas para a construção de determinado conhecimento científico.

A prática social final é o momento em que o docente e o aluno se transformam, ambos passam de uma fase de menor compreensão científica para outra de maior conhecimento. É quando os



acadêmicos vão para a sociedade com uma nova concepção e atitude sobre o papel da mulher na sociedade.

O aluno transforma a sociedade, respeita a mulher, valoriza a mulher, desempenha atividades domésticas, torna-se responsável na educação dos filhos, não comete assédio sexual, assédio moral, torna-se um agente de transformação que constrói uma nova história e uma nova relação com as mulheres.

## 5 CONCLUSÃO

Conclui-se que a sociedade deve respeitar as mulheres, reconhecer a sua história, a qual foi marcada pela desvalorização, preconceito, injustiças, sobrecarga de serviços, diferença salarial, feminicídio, assédio moral, assédio sexual etc.

Para que seja construído uma nova história, que as mulheres sejam valorizadas e recompensadas de modo justo. Como proposta possível para a construção de uma nova relação entre a sociedade e a mulher, sugere-se a pedagogia histórico-crítica, a qual pode ser utilizada como ferramenta pedagógica para o senso crítico, emancipação do sujeito e uma nova prática social.



## REFERÊNCIAS

ABRAMO, L. W. A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO: UMA FORÇA DE TRABALHO SECUNDÁRIA? São Paulo, 2007. 328 p. Tese (Pós-Graduação em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

GASPARIN, J. L. Uma Didática para a Pedagogia Histórico–Crítica. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

VASCONCELLOS, C D S. Construção do conhecimento em sala de aula. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1993.

SAVIANI, D. Escola e democracia. São Paulo: Cortez, 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Relatório global sobre os salários 2018/2019. O que está por trás da diferença salarial entre homens e mulheres. Relatório global sobre os salários. Genebra: OIT, 2019.

HIRIGOYEN, Marie-France. Assédio moral: a violência perversa no cotidiano. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2002.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Relatório global sobre os salários 2018/2019. O que está por trás da diferença salarial entre homens e mulheres. Relatório global sobre os salários. Genebra: OIT, 2019.

DAVIS, Angela. Mulheres, Raça e Classe. São Paulo: Boitempo, 2016 [1981].

AMARAL, Jéssica Fortunata do. O Casamento na Idade Média: a concepção de matrimônio no Livro da Intenção (c. 1283) e nos exempla do Livro das Maravilhas (1288-1289) do filósofo Ramon Llull, 2011. Disponível em: <[http://www.miniweb.com.br/historia/Artigos/i\\_media/PDF/casamento\\_i\\_media.pdf](http://www.miniweb.com.br/historia/Artigos/i_media/PDF/casamento_i_media.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2021.

BOITO JR., Armando. “Pré-capitalismo, capitalismo e resistência dos trabalhadores: nota para uma teoria da ação sindical”. Crítica Marxista, n. 12. São Paulo: Boitempo, 2001, pp. 77-104. (Disponível na página da revista na internet).

PRATAS, Glória Maria D. L. TRABALHO E RELIGIÃO: O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE FARAÔNICA. Mandrágora, v.17. n. 17, 2011, p. 157-173.

FURLANI, J.C. Reflexões sobre a História Social das mulheres na Antiguidade Tardia: o caso das devotas cristãs. Cadernos de Clio, Curitiba, n. 4, p. 295-313, 2013.

MORLEY, Jacqueline. SALARIYA, David. How Would You Survive As an Ancient Egyptian? – Publisher: Orchard/Watts Group, 1999.

VEYNE, Paul. Prefácio. In: VEYNE, Paul (Org.) História da vida privada: Do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. cap. 4, p. 404-405. v. 1.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. A idade média: nascimento do ocidente. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001. Disponível em: . Acesso em: 12 out. 2021.



BASCHET, Jérôme. Gênese da sociedade cristã: A alta Idade Média. In: BASCHET, Jérôme. A civilização feudal. São Paulo: Globo, 2006. cap. 1, p. 49-97.

CABRAL, F. J. G.; LEAL, R. B. Religião e sexo: do controle na idade média e sua herança na contemporaneidade. In: Anais eletrônicos do IV colóquio de história “Abordagens interdisciplinares sobre história da sexualidade”, 4, 2010, Recife: FASA, 2010. p.572- 581. Disponível em:< <http://www.unicap.br/coloquiodehistoria/wpcontent/uploads/2013/11/4Col-p.572.pdf> >. Acesso em: 14 out. 2021.

FEDERICI, S. El patriarcado del salario. Críticas feministas al marxismo. Madrid: Traficantes de Sueños, 2017.